

ESTABILIDADE MONETÁRIA, CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO: ANTIGAS E NOVAS NECESSIDADES

Marco Antonio Henrique¹, Fábio Ricci² (orientador)

UNITAU - Universidade de Taubaté. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.
Rua Visconde do Rio Branco, 210, centro, Taubaté – SP
Tel. (12) 3625 4217. www.unitau.br/prppg

¹Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional- PPGDR- UNITAU. Contador Público Federal.
marcohenrique@hotmail.com

²Doutor em História Econômica – FFLCH-USP. Professor Doutor da Universidade de Taubaté
professorfabioricci@gmail.com

Resumo- O artigo discute o Brasil de hoje, com seus avanços e necessidades. O Plano Real trouxe a estabilidade monetária, essa estabilidade teve como preço o baixo crescimento econômico. O país apresentou desenvolvimento econômico através de políticas sociais bem sucedidas que foram responsáveis por tirar da miséria pessoas que viviam em situações degradantes. O avanço no acesso a educação, sobretudo a de nível superior, o maior acesso a bens de consumo e a melhoria geral da população possibilitou ao país apresentar melhores indicadores sociais. O artigo discute outras necessidades do país para que continuemos no avanço econômico: reforma tributária; reforma política; investimentos em infraestrutura e em desenvolvimento sustentável. A preocupação com o meio ambiente como uma necessidade inadiável para os próximos anos.

Palavras-chave: crescimento, desenvolvimento, necessidades, economia

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas – Economia

Introdução

Nos últimos anos o Brasil avançou em seu aspecto de desenvolvimento econômico e social. O crescimento econômico acompanhado de desenvolvimento em seus diversos níveis, tendo como consequência melhoria nos mais diversos setores da sociedade é uma meta de qualquer governante. Entretanto isso é algo bastante complicado, pois as políticas econômicas nem sempre acompanham as metas de crescimento e desenvolvimento.

A situação econômica e social do Brasil teve melhoras nos últimos anos, inclusive o brasileiro teve um aumento real no salário e na renda o que possibilitou o maior acesso à educação e bens de consumo. O mais importante e mais significativo foi o combate a fome e a diminuição das desigualdades sociais, no entanto muito mais ainda precisa ser feito. O Brasil já não esta mais

tão vulnerável às crises econômicas mundiais como esteve no passado, hoje somos credores internacionais. No entanto o ambiente econômico, sobretudo o macroeconômico precisa ser monitorado o tempo todo,

Apesar dos avanços na economia, para alcançar o crescimento e desenvolvimento econômico sustentável, o Brasil precisa fazer mudanças estruturais a fim de garantir um ambiente estável e propício ao investimento, e no aspecto ambiental muito ainda precisa ser feito.

Material e Métodos

Este artigo foi elaborado a partir de material já publicado, constituído principalmente dados obtidos de órgãos de pesquisa como IPEA, IBGE, de livros e materiais em formato digital, como: revista científica, sendo por isso uma pesquisa bibliográfica e documental com relação ao seu

delineamento. A pesquisa documental e em livros e artigos de revistas científicas favoreceram a elaboração e a fundamentação do trabalho. Foram utilizados para tanto, materiais e artigos relacionados com o tema proposto ao trabalho, sendo estes de autores e revistas de entidades credenciadas e qualificadas para uma pesquisa científica, sendo por isso reconhecida e classificada na tabela “Qualis” da Capes.

Quanto aos objetivos, trata-se de uma pesquisa exploratória, já que busca explorar, tornar explícitas as questões econômicas do Brasil, os problemas das políticas públicas voltada ao crescimento e desenvolvimento econômico sustentado, aos avanços e necessidades dos próximos anos.

Resultados

Crescimento econômico e o avanço no desenvolvimento

O processo de desenvolvimento econômico abrange diversos paradigmas inerentes a épocas em que se situam. Em cada época, a sociedade passa por transformações estruturais: de ordem política e econômica, e isso afeta de maneira significativa o modo como o governo e os demais agentes incentivam e promovem o crescimento e desenvolvimento econômico (HENRIQUE, 2011).

Entretanto crescimento não significa desenvolvimento. Crescimento econômico é o desenvolvimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo, ou seja, no ambiente macroeconômico um país pode apresentar crescimento econômico através da aplicação de incentivos que levem ao aumento da renda per capita, como por exemplo, incentivos para a instalação de empresas em um determinado lugar, o que conseqüentemente levará ao crescimento econômico. Por outro lado, desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, pois inclui as alterações de composição do produto e a alocação dos recursos pelos diferentes setores da economia. Além disso, o conceito de crescimento econômico diz respeito à melhoria dos indicadores econômicos e sociais de determinado país: como diminuição da pobreza, desemprego, desigualdades sociais, melhorias nas condições de saúde da população, nutrição, erradicação do analfabetismo, melhoria do sistema educacional e acesso à melhores níveis de educação além da melhoria da condição de moradia (VASCONCELLOS, 2002).

Crescimento e desenvolvimento econômico consistem no acúmulo de riquezas ou de capital por um determinado local, seguido pela conseqüente melhoria dos padrões vida de sua

população. Nesse aspecto, o desenvolvimento é acompanhado de investimento, tanto por parte do setor público quanto do setor privado, e isso tem sido bastante evidente em países que apresentaram altos índices de crescimento econômico. No entanto, para que haja investimento é necessário que haja economia de recursos, e esses recursos é que serão usados no financiamento desses investimentos. Torna-se necessária uma redução no consumo, tanto no setor privado quanto no setor público em relação ao PIB (FONSECA, 2006).

O desenvolvimento econômico deve trazer melhorias efetivas, possibilitar melhorias na vida das pessoas. Nesse aspecto, torna-se crucial a realização de políticas públicas que levem ao crescimento acompanhado do desenvolvimento econômico (SENHORAS, 2007).

Uma vez alcançado o acúmulo de capital, ou o crescimento econômico, surge a necessidade de fazer com que o valor desse acúmulo seja repartido entre a população a fim de promover o desenvolvimento. O governo pode alcançar esses objetivos através de políticas desenvolvimentistas.

As políticas voltadas ao desenvolvimento dos municípios a priori concentravam-se especialmente no desenvolvimento econômico do território: políticas orientadas especialmente para a geração de empregos. Atualmente, a área de atuação dessas iniciativas de desenvolvimento regional foi ampliada e passaram a atuar não mais no campo puramente econômico, mas passaram a priorizar o desenvolvimento humano e social. Tal inovação nas políticas públicas de desenvolvimento tem por objetivo favorecer a inclusão social e diminuir as distorções provocadas pelo sistema de concentração de renda (SENHORAS, 2007).

Segundo Fonseca (2006, p.25) “esse debate não diz respeito propriamente ao planejamento, mas ao papel do Estado no processo de desenvolvimento”. Nesse aspecto, para que haja um crescimento acompanhado de desenvolvimento econômico regional, torna-se necessário a atração de novos investimentos para o local, o que facilitará o acúmulo de capital e assim a renda e o Produto Interno Bruto.

Esse processo, que provoca uma expansão econômica, deve ser seguido de incentivos governamentais, como redução tributária, o que tornará o município propício á instalação de empresas, por não onerar de maneira intensa o sistema de arrecadação através de altas taxas de impostos. Também o que favorece crescimento e o desenvolvimento regional são melhorias na infraestrutura, nas estradas, por exemplo, o que facilitará o escoamento da produção e também incentivos que aumentam o grau de

competitividade e oferecem segurança para outros investidores (LAVOR, 2007).

O sistema tributário apresenta um efeito importante no resultado financeiro das empresas e na condução do negócio em geral. Os altos tributos reduzem a eficiência competitiva das empresas, reduzem drasticamente o poder aquisitivo das famílias e são prejudiciais ao desenvolvimento. Por outro lado quando cobrados em níveis baixos, geram déficits orçamentário, o que tem por consequência o processo inflacionário. No entanto quando usado de maneira ideal, a tributação pode promover a eficiência e a produtividade, fatores que levam ao desenvolvimento regional (FONSECA, 2006).

Em épocas de crise, as políticas públicas de desenvolvimento são bastante complexas, uma vez que o governo precisa fazer escolhas sobre quais segmentos serão beneficiados com suas políticas. Através de políticas econômicas, fiscais e monetárias o governo controla o sistema econômico como um todo, mantendo dentro dos patamares aceitáveis e previamente estipulados as metas de inflação e o desenvolvimento econômico. Entretanto, esta é uma situação bastante contraditória, uma vez que ao estipular maiores taxas de juros a fim de controlar a inflação, o governo encarece e desestimula o crédito, fator que tem como consequência uma estagnação econômica e que diminui o crescimento. Por outro lado, graças ao controle efetivo da inflação o Brasil tem apresentado taxas de desenvolvimento econômico significativa nos últimos anos: acesso a educação superior, acesso a bens de consumo, diminuição da pobreza entre outros (HENRIQUE, 2011).

A partir de 1994, com a implantação do Plano Real, o Brasil tem apresentado elevada volatilidade do produto e baixo crescimento médio, ou seja, relativa estabilidade dos preços tendo como recompensa um pequeno crescimento econômico. O Plano Real, trouxe estabilidade a moeda, fator responsável pela diminuição considerável da inflação, que em outros tempos diminuía de maneira significativa o valor da moeda, onerando principalmente as classes menos favorecidas, ou seja, aqueles que vivem de salário e não possuem renda (MIKHAILOVA, 2008).

Para manter a inflação a níveis aceitáveis, a política monetária usou de mecanismos restritivos: aumento das taxas de juros e maiores taxas de recolhimento compulsório. Desta forma o governo conseguiu manter sob controle o volume de moeda na economia e assim controlar o crédito. Com isso o país teve um baixo crescimento econômico nos últimos anos, pois as altas taxas de juros cobradas pelos bancos desmotivaram a população ao consumo e o aumento do

recolhimento compulsório fez com que diminuísse a quantidade de dinheiro disponível nos bancos para empréstimos. Essa política teve como consequência uma maior dificuldade de investimentos no país, investimentos esses necessários ao crescimento e desenvolvimento econômico (POHLMANN, 2008)

As políticas públicas voltadas ao crescimento e consequentemente ao desenvolvimento têm como meta fazer o Brasil crescer, aumentar a qualidade de vida da população e inserir o país no mundo globalizado. Entretanto, uma questão ainda bastante difundida no Brasil é a desigualdade social. Programas sociais importantes têm sido criados, entre os quais: Fome Zero; Bolsa Família; no entanto muito mais ainda precisa ser feito para alcançarmos níveis igualitários de distribuição de renda. Essas políticas de transferência de renda têm um efeito em curto prazo, sendo necessário em longo prazo que o governo crie políticas de desenvolvimento econômico que terá como consequência a diminuição do desemprego. Uma vez empregado, o trabalhador terá condições de se qualificar e buscar qualidade de vida mais digna a ele e a sua família (MARQUES, 2008).

As pesquisas mostram um avanço no sistema de ensino do país, principalmente no ensino superior, onde as matrículas aumentaram de maneira significativa. Isso em parte deve-se ao sistema de ensino a distancia, que cada vez mais ganha espaço no país. Entretanto, um desafio para os próximos anos é aumentar o nível de ensino da população sem deixar de lado a qualidade do ensino, criar mecanismos eficazes de medição da qualidade da educação oferecida: da educação básica ao ensino superior (IPEA, 2010).

Antigas necessidades

O Brasil de hoje necessita de uma mudança estrutural em seus diversos aspectos: uma mudança no sistema tributário; sistema trabalhista e mudanças de ordem institucional. O aspecto tributário, com sua elevada carga de impostos incidentes sobre os mais variados produtos, onera de maneira significativa as empresas e faz com que elas percam competitividade frente ao mercado nacional e internacional (HENRIQUE, 2011).

A análise de indicadores econômicos e sociais (IPEA; IBGE, 2011) dos últimos anos mostra que o país teve melhoras em seus diversos aspectos econômicos e sociais. Mas outros desafios ainda permanecem, a médio e em longo prazo, entre os quais: diminuir o déficit previdenciário, já que a população envelhece e o sistema previdenciário atualmente já passa por problemas; favorecer o crescimento e desenvolvimento econômico;

Favorecer o crescimento econômico, criando um ambiente favorável a novos investimentos, como por exemplo, através de políticas tributárias menos onerosas ou melhorando o sistema de infraestrutura do país. Usar os recursos provenientes do crescimento econômico para favorecer e tornar possível um desenvolvimento sustentável, melhorando as condições de vida da população como um todo (REGO, 2006).

Outro fator de vital importância diz respeito às políticas ambientais, uma vez que estas nem sempre acompanham as políticas de desenvolvimento. O crescimento das cidades, o processo de industrialização e a necessidade cada vez maior das pessoas por produtos trazem consigo a necessidade de recursos naturais, que por sua vez são tirados da natureza e são recursos não renováveis. Um fator importante é que a melhoria da qualidade de vida faz com que as pessoas tenham acesso a mais produtos, aumentando dessa forma a quantidade de lixo produzida e contribuindo para a degradação ambiental (RESCHILIAN, 2005).

O governo, em parceria com entidades ligadas à proteção ambiental tem feito diversos trabalhos no sentido de proteger o meio ambiente, em especial trabalhos e projetos com a finalidade de evitar o desmatamento da floresta Amazônica.

Entretanto, o fato do Brasil ser um país continental, dificulta a fiscalização e o desmatamento continua. Torna-se necessário o crescimento e desenvolvimento sustentável, uma vez que os recursos são limitados, enquanto que as necessidades humanas são ilimitadas (VASCONCELLOS, 2002).

O desenvolvimento sustentável deve ser capaz de atender as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações satisfazerem as suas próprias necessidades. Esse conceito de sustentabilidade mostra a necessidade que os povos têm de preservar os recursos naturais e assim garantir um futuro melhor para as futuras gerações (CAVALCANTI, 1994).

Um grande desafio dos tempos atuais é garantir um crescimento econômico sustentável, aumentando dessa forma a produtividade e a necessidade de recursos ao mesmo tempo em que mantém a natureza livre da degradação e conservam seus recursos. A falta de alimentos e de água potável já é uma realidade, assim como a falta de recursos destinados à indústria: em especial a questão da energia limpa, que já toma conta dos principais temas e discussões a respeito de crescimento e desenvolvimento econômico sustentável. O aquecimento global já é uma realidade comprovada embora a maior parte de seus efeitos devastadores sejam esperados para os próximos anos (ROCHA, 2003).

Discussão

Um aspecto bastante discutido quando se fala de Brasil é a reforma tributária. Pesquisas mostram que os altos tributos encarecem o produto, o que diminui a competitividade e onera o sistema produtivo.

No entanto, partes dos avanços econômicos e sociais discutidos nesse artigo dizem respeito às políticas de transferência de renda e aumento no tamanho do Estado. Tais melhoras foram possíveis graças ao “inchaço da máquina pública”. Programas como: Bolsa Família e Fome Zero foram e continuam sendo indispensáveis ao país, uma vez que conseguiram tirar pessoas da miséria e diminuir a desigualdade social.

Uma questão polêmica é definir como diminuir a carga tributária com o aumento da máquina pública. Um desafio para os próximos anos é garantir políticas sustentáveis ao longo do tempo sem onerar o Estado. Garantir a sustentação das políticas e dos programas criados e diminuir a dependência, sobretudo dos programas de transferência de renda.

Conclusão

Nos últimos anos o Brasil apresentou melhoras nos mais diversos aspectos: economia, renda, qualidade de vida, acesso a educação, diminuição da pobreza entre outros.

No entanto, muito mais ainda precisa ser feito: investimentos em infraestrutura, melhoria na qualidade da educação, segurança pública, moradia, reforma agrária, reforma tributária, reforma política etc.

O Brasil está mudando. As pessoas estão mais conscientes de seus direitos políticos e sociais. A fiscalização dos atos administrativos está cada vez mais acirrada e o combate a corrupção está sendo realizado de maneira cada vez mais intensa.

A governança trouxe para a sociedade o conhecimento de que o dinheiro público é de todos e que precisa ser bem aplicada a fim de trazer o bem para todos e atender o princípio da supremacia do interesse público.

O país de amanhã é uma consequência do que decidirem hoje: políticas, investimentos e desenvolvimento econômico.

Referências

CAVALCANTI, Clovis (org.) **Desenvolvimento e Natureza:** Estudos para uma sociedade sustentável. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco,

Ministerio de Educacao, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro 1994. p. 262. Disponível em: <http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcantri.rtf>.

FONSECA, Manuel Alcino Ribeiro da. **Planejamento e desenvolvimento econômico**. São Paulo: Thomson Learning, 2006.

FURLANETTO, Egidio Luiz. Instituições e desenvolvimento econômico: a importância do capital social. **Revista de Sociologia Política**. Curitiba, v. 16, número suplementar, p. 55-67, ago. 2008.

HENRIQUE, M. A. **Gestão Pública e a Questão Tributária**: um estudo sobre o ISS e o IPTU nos municípios de São José dos Campos e Taubaté. 2011.162f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2011.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 10 de jul. 2011.

IPEA – **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Comunicado do IPEA nº 58. Dimensão, evolução e projeção da pobreza por região e por estado no Brasil. Rio de Janeiro, 13 de julho de 2010. Disponível em < <http://www.ipea.gov.br/>>. Acesso em 14 de jul de 2011.

LAVOR, Edméia Medeiros. **São José dos Campos**: O Desenvolvimento Industrial, seus efeitos sobre os Setores Econômicos Urbanos e a Concentração Regional. 2007.137f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.

MARQUES, Rosa Maria. MENDES, Áquila. Sobre a política de combate a pobreza no governo Lula. **Revista de Economia**, v. 34, n. 3 (ano 32), p. 91-112, set./dez. 2008. Editora UFPR

MIKHAILOVA, Irina. MARQUES, Ketlen Dias. COLLET, Luana A dinâmica macroeconômica à luz da política econômica adotada no Brasil de 1994 a 2006. **Perspectiva Econômica**, Santa Maria – RS, v. 4, n. 2:01-21 jul/dez 2008

POHLMANN, Éverton Luís. TRICHES, Divanildo. Análise do desempenho da política monetária no Brasil após o Plano Real. **Perspectiva Econômica**. Santa Maria – RS, v. 4, n. 2:01-21 jul/dez 2008

REGO, José M. LACERDA, Antonio C. BOCCI, João I. BORGES, Maria A. MARQUES, Rosa M. **Economia Brasileira**. 3 ed – São Paulo: Saraiva, 2006.

RESCHILIAN, Paulo Romano. O Vale do Paraíba no contexto da urbanização brasileira e a questão do planejamento regional. **Revista de Ciências Humanas**. Taubaté, v. 11, n. 1, p. 25- 32, jan./jun. 2005.

ROCHA, Marcelo Theoto. **Aquecimento global e o mercado de carbono**: uma aplicação do modelo Cert. 2003. 214f. Tese de Doutorado – Universidade São Paulo, 2003

SENHORAS, Elói Martins. Caminhos bifurcados do desenvolvimento local – as boas práticas de gestão pública das cidades entre a competição e a solidariedade. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 2, p. 3-26, mai-ago/2007. Disponível em <WWW.rbgdr.com.br>. Acesso em 01 jun 2011.

VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval de. **Economia**: micro e macro – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2002.